ANAIS DO
III SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
Estado, Regulação e
Transformação Digital



UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE OBRAS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS SOBRE A INCLUSÃO SOCIODIGITAL DA TERCEIRA IDADE E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A SYSTEMATIC REVIEW OF WORKS IN THE LAST TEN YEARS ON THE SOCIODIGITAL INCLUSION OF ELDERLY PEOPLE AND THE NEED FOR PUBLIC POLICIES

Maria Eduarda Rodrigues Pimenta[1]
Faculdade de Direito de Vitória – Vitória/ES, Brasil
rpimentamadu@gmail.com

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer[2]
Faculdade de Direito de Vitória – Vitória/ES, Brasil
elda@fdv.br

RESUMO: Considerando a virtualidade como uma condição da sociedade contemporânea, analisa-se a inclusão sociodigital da terceira idade por meio de políticas públicas em teses e dissertações defendidas no Brasil na última década. Com o alto índice de envelhecimento da sociedade brasileira, demonstrando o aumento de 39,8% de 2012 a 2021 (IBGE, 2022), torna-se evidente que o processo de inclusão digital também deve ser direcionado para essa faixa etária. Neste sentido, embora ainda em tramitação, o Projeto de Lei nº 3.167 pretende mudar a Política Nacional de Educação Digital (Brasil, 2023), colocando os idosos como parte de uma estratégia prioritária que busca estabelecer a inclusão digital de forma ampla. O objetivo principal do trabalho foi analisar as teses e dissertações dos últimos dez anos que tratam deste assunto, buscando entender a visão dos pesquisadores frente à necessidade de investimentos públicos para superar a falta de políticas públicas que garantam o acesso e efetivo uso da internet pela terceira idade. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática que se desenvolveu a partir do repositório da CAPES por meio de um levantamento de trabalhos utilizando quatro descritores, sendo eles: inclusão digital de idosos, letramento digital de idosos, educação digital de idosos e inclusão digital da terceira idade. Num primeiro momento, foram encontradas 48 teses e dissertações que se encaixavam nos descritores e, após a leitura das palavras-chave e

[1] Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV) com bolsa de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), rpimentamadu@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0009-0002-0429-036X

[2] Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Coordenadora de Pesquisa, Extensão e Relações Internacionais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito da FDV. Coordenadora do BIOGEPE- Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética. E-mail: elda@fdv.br, https://orcid.org/0000-0003-4303-4211

resumos, os textos objetos de pesquisa foram reduzidos à oito artigos. Considerando a ausência de normas jurídicas brasileiras destinadas à educação digital da terceira idade e a partir da perspectiva de que na atualidade uma grande parcela dos fatos do cotidiano é desenvolvidos no campo digital, questiona-se: De que modo as teses e dissertações realizadas entre os anos de 2014 e 2023, sobre a inclusão sociodigital da terceira idade, apresentam políticas públicas destinadas à facilitação da inserção de pessoas idosas no mundo digital?

Palavras-chave: Revisão sistêmica; Inclusão digital de idosos; Letramento digital de idosos; Educação digital de idosos; Inclusão digital da terceira idade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico, 2022**. Disponível em: www.ibge.gov.br.